



EUGÊNIO (E) E SIMPLÍCIO: AMEAÇAS DE MORTE E PROIBIÇÃO DE CRIAR ANIMAIS E PLANTAR NAS TERRAS QUE PERTENCERAM A SEUS AVÓS

# O ÊXODO CALUNGA



CONFLITOS COM FAZENDEIROS, AMEAÇAS DE MORTE E FALTA DE ESCOLAS ESTÃO EXPULSANDO PARA OUTRAS CIDADES DESCENDENTES DE ESCRAVOS QUE VIVEM HÁ MAIS DE 200 ANOS NO SERTÃO DE GOIÁS

Antonio Vital (texto), Antonio Siqueira (fotos) e J. Bosco (diagramação)  
Da equipe do Correio

**N**uma tarde chuvosa de quinta-feira, cinco jovens, entre 16 e 31 anos, estão atarefados com o movimento de fregueses e distribuidores no Supermercado Nilo, em Samambaia. Adelino, Joaquim, Pedro, Carlos e Silvério são todos parentes e fazem de tudo no mercado. São responsáveis pela limpeza, carregam mercadoria, cortam carne, carimbam preços. Tudo sob a supervisão rigorosa do dono, Nilo Francisco da Cunha, 36 anos.

A 350 km dali, em uma casa de adobe coberta de palha na fazenda Ema, na região que já se chamou Ribeirão dos Negros — hoje Ribeirão dos Bois —, cerca de 30 pessoas se espremem para fugir da chuva fina. A mesma cena poderia ter acontecido cem anos atrás, uma realidade completamente diferente da atividade do Supermercado Nilo.

São homens e mulheres de todas as idades e crianças, vestidos de maneira simples. Eles foram visitar os donos da casa, os Fernandes de Castro, que pela manhã encerraram o período de uma semana de luto e silêncio pela morte da matriarca da família, dona Ozila. Depois de cumprir o ritual centenário chamado "visita de cova", a família já pode receber os pésames dos vizinhos, amigos e parentes.

As duas cenas acima são lados de uma mesma realidade. Todos os personagens descritos são calungas dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Terezina, em Goiás. Até o dono do supermercado.

Os calungas (que os antropólogos preferem chamar kalungas) são descendentes de escravos fugidos do trabalho cruel nas minas de ouro do nordeste goiano no século XVIII. Eles viveram 200 anos isolados nos fundos dos vales dos afluentes do rio Paraná, nas bordas da Chapada dos Veadeiros. Nesse período, misturaram seu sangue ao de índios, posseiros e fazendeiros, criando uma cultura híbrida, católico-africana no sertão goiano.

Nos últimos 30 anos, o modo de vida dessas pessoas vem sendo ameaçado pela chegada de fazendeiros. Cerca de 50 deles controlam metade dos 237 mil hectares da área definida em 1995, por uma lei estadual, como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

É dos fazendeiros grande parte das terras fér-



SEU AUGUSTO: OBRIGADO A DEIXAR A TERRA ONDE MORA POR DECISÃO JUDICIAL FAVORÁVEL A FAZENDEIRO

teis da região, correspondentes a apenas 30% de toda a área. Impedidos de plantar suas roças e criar seus animais nas melhores terras, os calungas vivem situação de penúria que força os jovens a deixarem as famílias, seus costumes e tentarem uma vida melhor na cidade.

Fora de suas terras, trabalham como pedreiros, empregadas domésticas e outras funções para as quais não é preciso muita qualificação.

Poucos voltam à terra natal. Nos pequenos povoados onde suas famílias viveram nos últimos 250 anos, a população tem diminuído e envelhecido. Os velhos, encarregados de transmitir os costumes, as lendas, as tradições e a forma de produção agropecuária adotada há gerações, paulatinamente repetem as mesmas histórias para ouvintes cada vez menos interessados.

## RETROCESSO

A situação fundiária no Sítio Histórico sofre um retrocesso este ano com a edição, pelo presi-

dente Fernando Henrique Cardoso, da Medida Provisória 2.216-37/2001 e do Decreto 3.912/2001.

Com base em um parecer jurídico da Casa Civil da Presidência da República, o presidente atribuiu à Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura, o poder de emitir títulos de terras para remanescentes de quilombos em todo o país. E considerou que não cabia indenização para os cerca de 50 fazendeiros que reclamam direitos de propriedade nessas áreas.

Colocou lenha em uma fogueira que ardia em fogo brando há anos. Em Goiás, os fazendeiros que se mostravam dispostos a deixar suas terras em troca de uma indenização mudaram de idéia e passaram a tratar os calungas como usurpadores e inimigos em potencial.

Em Cavalcante (GO), o dono do cartório se recusou a registrar o título emitido pela Fundação Palmares para os calungas e pediu para a Justiça definir a questão. Em Campos Belos (GO), o juiz, que responde pelos três municípios abrangidos pelo Sítio Histórico, há três meses estuda o que

fazer com a dúvida suscitada pelo tabelião. Nesse período, concedeu uma liminar de reintegração de posse a um fazendeiro que reclama para si 900 alqueires em uma área habitada por calungas, dentro do Sítio Histórico, em Terezina (GO).

"Os fazendeiros também têm direito legal à terra que ocupam há anos", explica o advogado Aldo Azevedo Soares, que não pode ser acusado de atuar contra o interesse dos calungas. Em 1984, como presidente do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás (Idago), ele foi o primeiro a conceder títulos de terras a esses moradores.

Na ocasião, 240 famílias ficaram com a propriedade formal de 10 mil hectares que já ocupavam, há gerações, em Monte Alegre (GO). Para que a comunidade pudesse ingressar no mundo da legalidade, o governo goiano teve até que emitir certidões de nascimento para os moradores. Tudo com base no testemunho dos próprios calungas.

Uma delas, Graciana, provou que nasceu em 1887 porque lembrou-se de uma grande cheia do Paraná na época, confirmada por outros anciãos.

## AMEAÇADOS DE MORTE

Este ano, o conflito pela terra se agravou e gerou até ameaças de morte. Eugênio Pereira das Virgens, 60 anos, mora há 18 na fazenda Sobrado, em Terezina (GO), dentro do Sítio Histórico. "Faz seis meses que estou foragido", conta.

Ele quer dizer que passou esse tempo se escondendo do fazendeiro da região. "Já mataram duas mulas e 60 galinhas minhas, botaram fogo na casa do meu irmão, derrubaram a casa do meu filho e tentaram me tocaiar", descreve. Com seis filhos para sustentar, há um ano Eugênio não consegue produzir nada.

Simplício Anacleto Martins vive situação parecida. Ele é acusado de invadir a fazenda Soledade, onde nasceu há 64 anos. A fazenda fica em Terezina. Desde o início do ano, Simplício foi proibido pelo fazendeiro de plantar qualquer coisa ou possuir animais. "Nem cavalo eu posso comprar e só não morri de fome até agora por causa da aposentadoria de R\$ 180 que recebo", diz. Com esse dinheiro ele sustenta uma filha de 10 anos.



**L** Sirilo dos Santos Rosa, 48 anos, integrante de uma das mais tradicionais famílias calungas, é líder comunitário em Cavalcante e explica o impacto social e cultural do problema fundiário no Sítio Histórico. "Em muitos lugares os fazendeiros não deixam as pessoas plantarem nada que tem raiz, porque raiz é uma prova de posse da terra", diz.

Com isso, algumas famílias estão autorizadas a plantar arroz, feijão e milho. Mas não podem produzir banana, mandioca ou algodão. A mandioca é a principal mercadoria da região. O algodão, cada vez menos plantado, era um dos símbolos da cultura calunga. "Antes a gente plantava roça de algodão, fiava e costurava as roupas, usava o algodão para fazer lume de candeeiro. Hoje, ninguém sabe mais tecer", explica dona Maria dos Santos Rosa, 68 anos, moradora do Vão de Almas, em Cavalcante.

## ENCRUZILHADA

O impasse jurídico causado pelas medidas do governo preocupa o Ministério Público Federal de Goiás. "Estou vendo a hora de acontecer um homicídio", diz a promotora de Justiça Úrsula Catarina Fernandes Pinto, de Cavalcante.

Ela defende uma indenização para os fazendeiros. "Se para fazer uma hidrelétrica é preciso desapropriar as fazendas ou benfeitorias, por que não se faz o mesmo para regularizar as terras dos calungas?", pergunta.

A medida do governo interrompeu um processo de regularização em andamento. O decreto presidencial considerou um ato de improbidade administrativa indenizar fazendeiros em áreas de quilombos. Com isso, um convênio nesse sentido — que estava sendo preparado entre o governo de Goiás, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Cultura — foi suspenso antes de ser assinado.

"Não adianta emitir o título sem tirar os fazendeiros. E os fazendeiros têm fortes argumentos jurídicos para permanecer na área", explica Edna Ferreira Rosa, gerente do Programa Sítio Histórico dos Calungas, da Agência Rural, órgão do governo goiano.

O dilema mostra a falta de estrutura da Fundação Palmares para enfrentar o problema. Sexta-feira, dia 19, representantes da entidade participaram de uma discussão pública sobre o caso em Alto Paraíso (GO). Luciana Valéria Gonçalves, assessora jurídica, disse que a Fundação pretende entrar com ações na Justiça para fazer com que os cartórios registrem os títulos de propriedade. "Mas ainda não existe uma definição a respeito de que tipo de ação será necessária", admitiu.

A opção judicial é um caminho longo e pode se revelar inútil. "Só na região dos calungas a Fundação Palmares teria que entrar com cerca de 50 ações. Além do risco das ações tramitarem por anos na Justiça, o registro não acaba com o problema", considera a procuradora da República Rosângela Pofahl Batista, chefe do Ministério Público Federal em Goiás.

A procuradora foi obrigada a pedir ao juiz responsável pelas comarcas de Cavalcante e Terezina que deixasse para a Justiça Federal qualquer decisão sobre os calungas. No início do mês, o juiz concedeu ao fazendeiro Domiciano Farias uma liminar para retirar todas as famílias calungas da fazenda Brejão, em Terezina — dentro do Sítio Histórico.

O fazendeiro mora em Goiânia, pertence a uma família tradicional de Cavalcante e teme que a presença dos calungas em suas terras represente uma ameaça a seu direito de propriedade. "Meu pai comprou a terra em 1936. Na hora em que o governo quis (a terra), é só me pagar. O preço pode ser até menor que o de mercado", sugere.

Na fazenda Brejão mora a família de Augusto Fernandes de Castro, 67 anos. Ele reclama que está proibido de produzir qualquer coisa na área há dois anos. Em 1993, seu Augusto foi expulso de outro lugar, uma localidade chamada Borrachudo. Na ocasião, a casa dele foi queimada. "Disseram ou você sai ou você morre", conta.

A filha de seu Augusto, Ester Fernandes de Castro, cumpre o terceiro mandato como vereadora em Terezina de Goiás. "A questão da terra está gerando pobreza na comunidade porque antes as pessoas tinham liberdade para produzir", explica.

## MAIS PROBLEMAS

Mas não é só a disputa pela terra que leva os calungas mais novos a deixarem a propriedade de seus antepassados. As escolas que atendem a comunidade só oferecem aulas até a 4ª série.

Patrícia Pinto, secretária municipal de Turismo, Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Cavalcante, conta que a busca dos calungas por educação formal forçou a criação de um bairro calunga na cidade, com alto índice de desemprego e alcoolismo. "Uma das razões para eles se fixarem de vez na cidade é que gastam R\$ 20 para vir pegar os R\$ 15 da bolsa-escola", explica. As 17 escolas rurais destinadas aos filhos dos calungas, na parte do Sítio Histórico pertencente a Cavalcante, não têm água encanada ou luz.

Organizações não-governamentais atuantes na Chapada dos Veadeiros estudam saídas que atenuem a questão fundiária, uma das principais causas do êxodo calunga. Paulo Maluy, da Oca Brasil, sugere a transformação do sítio histórico em uma unidade de conservação federal. "Isso não resolve a questão da propriedade, mas impede a exploração do solo pelos fazendeiros", explica. Legalmente, uma reserva extrativista permite até a captação de recursos nacionais ou estrangeiros pelos calungas. "Existe um potencial econômico grande na região", diz Fernando Lana, do escritório da WWF em Alto Paraíso.



DONA LIÓ, COM O CACHIMBO E O "ARTIFÍCIO", INSTRUMENTO USADO PARA CONTROLAR AS CHAMAS

# GERAÇÕES SEPARADAS PELO MUNDO MODERNO

**D**o Vão de Almas ao ribeirão dos Bois, região que ocupa um quinto do Sítio Histórico dos calungas, dona Lió é chamada de Mãe Preta por meninos, meninas, adolescentes, pais e mães de família, senhores e senhoras de meia idade, gente que ela trouxe ao mundo em 60 anos como parteira.

Dona Lió nasceu "na era de 26", jeito calunga de dizer que tem 75 anos. Ela é testemunha de dois períodos bem distintos: antes e depois da chegada de "gente de fora" nas suas terras.

Antes: "O ribeirão dos Bois era fundo. Dava crumata, matrinhã, pacu. A água era boa de beber e a gente plantava na vazante (período em que a água do rio diminui e os agricultores aproveitam para plantar nas margens)", lembra.

Depois: "As nascentes dos brejos secaram. Têm três dragas ribeirão acima e a água tem gosto de folha podre. Para beber, a gente tem que abanar o óleo. Na vazante, os calungas ficam escondidos no mato para espantar o gado que os fazendeiros soltam para acabar com a roça", conta.

Há ainda outras ameaças ao mundo que dona Lió conhece. Existem, por exemplo, projetos para a construção de três hidrelétricas no território calunga: as represas de Santa Mônica, Funil do Paranã e Foz do Bezerra. "As pessoas de Deus não vão deixar isso acontecer. Nós queremos água para viver, não para morrer", resume.

Onde quer que vá, dona Lió leva num saco plás-

tico objetos que chama de "minha riqueza" e não deixa ninguém ajudar a carregar. Uma das preciosidades é uma herança ancestral: o *artifício*.

Trata-se da ponta de um chifre de boi, com o interior forrado de algodão, um furo na extremidade e uma tampa na base. Com a faísca produzida por duas pedras, ateia-se fogo ao algodão e a chama é administrada controlando a entrada de ar pela tampa e o furo. É uma espécie primitiva de isqueiro. Com o *artifício*, dona Lió mantém acesa a brasa de seu cachimbo.

E o *artifício* tem outras utilidades. "Se alguém estiver com dor de cabeça, é só tragar a fumaça por aqui (mostra o furo) que a dor passa", diz. Dona Lió tem segredos.

## CALUNGA LTDA

Adelino Pereira, 22 anos, trocou Cavalcante por Brasília há um mês. Veio morar com os irmãos Joaquim e Pedro em Samambaia. Os três fazem de tudo um pouco no Supermercado Nilo, na QR 323. Não vieram estudar. Vieram para trabalhar mesmo. E nenhum quer voltar para a roça.

Adelino, Joaquim e Pedro têm um exemplo e uma inspiração a seguir, o do dono do estabelecimento, Nilo Francisco da Cunha, 36 anos. Nilo, primo dos três, chegou em Brasília em 1985 e, para os padrões calungas, pode ser considerado hoje um homem rico.

Nilo é proprietário de um sobrado de esquina onde, no térreo, funciona o supermercado, e, no primeiro andar, mora com a família. É dono também dos lotes vizinhos. Em um deles está construindo uma padaria. No outro, ergueu quatro apartamentos, que aluga. Tem ao todo onze funcionários. Cinco deles são calungas. Além de Adelino, Pedro e Joaquim, Nilo emprega seus irmãos Silvério, 31 anos, e Carlos, 16. "Agora estou evitando dar emprego para calungas porque poucos se acostumam", avisa.

Nilo já trabalhou em Brasília como faxineiro, segurança, manobrista, vendedor, até enveredar para os negócios. Teve um boteco na QNN 6 de Ceilândia, comprou e vendeu carros e, com sacrifício, montou uma mercearia em Samambaia em 1993. Foi o embrião do supermercado. Dorme à 1h, acorda às 6h e trabalha todos os dias da semana. Folga domingo à tarde, que ninguém é de ferro.

Desde que veio para Brasília, há 16 anos, nunca mais voltou para a roça, em Monte Alegre, onde ainda moram seus pais. Todos os anos, tem vontade de ir às festas tradicionais calungas, que acontecem em agosto e setembro no Vão de Almas e no Vão do Moleque. Mas não tem tempo. Nilo tem uma filha de 5 anos chamada Helen, um filho de 10 chamado Daniel e uma noiva, Djana.

A realidade calunga ficou muito para trás na vida dele. Mas Nilo jura que quer voltar. "Daqui a cinco anos vou comprar uma fazenda em Monte Alegre", planeja.



NILO (C) E SEUS EMPREGADOS, CALUNGAS DE MONTE ALEGRE E CAVALCANTE, AGORA EM SAMAMBAIA

## UMA SERRA FOI VENDIDA PELO PREÇO DE UMA CALÇA

A antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi descobriu os calungas para o mundo acadêmico há quase 20 anos. De lá para cá, tornou-se a ponte entre os descendentes de escravos e o Estado.

Em 1983, ela causou polêmica ao defender a tese de que os habitantes das terras de difícil acesso do nordeste goiano descendiam de escravos bantos fugidos das minas de ouro dos bandeirantes no século XVIII. Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, nessa época a professora teve o primeiro contato com o problema fundiário dos calungas.

Em 1982, dona Domingas Moreira e o filho dela, Adão, procuraram "dona Mêra" — como a professora é conhecida entre os calungas — para pedir um conselho. Dona Domingas tinha sido procurada por um fazendeiro e chancelado, com a impressão do polegar, um documento pelo qual vendia a Serra da Contenda, terra de seus antepassados, por Cr\$ 30. Recebeu Cr\$ 10 de sinal. "Dona Domingas, esse é o preço da calça do meu filho", disse Mari na época.

Foi o início de uma luta que gerou uma associação representativa dos calungas — a Povo da Terra — e resultados práticos como a titulação de mais de 200 famílias em Monte Alegre (GO) e a criação, em 1991, do Sítio Histórico Kalunga, com 237 mil hectares.

"Essa doutora é como uma mãe para nós. Se hoje a gente sabe falar as coisas e correr atrás, é por causa dela", diz dona Santana Adertrude Pereira, 68 anos.

Dona Santana e a prima dela, dona Procópio, foram as primeiras calungas a aceitarem a presença da professora. No primeiro contato, em 1982, os moradores ficaram com medo daquela mulher que chegou em lombo de burro, vestindo roupa de homem, depois de 16 horas de cavalgada.

A questão da terra na região de Santana



MARI BAIOCCHI (E) E A VEREADORA ESTER: DOIS MUNDOS QUE SE ENCONTRAM EM GOIÁS

e Procópio não é o maior problema. Os calungas de Monte Alegre foram os primeiros a receber os títulos de propriedade, em 1984. O que está expulsando os calungas mais jovens de lá é a falta de perspectivas.

"Precisamos de água, de estrada, de posto de saúde e de escola para os mais jovens não terem que ir embora", resume Santana. Os filhos de Santana e Procópio continuam na terra que herdaram dos avós. Mas os sobrinhos e netos já buscam outro caminho.

Vildecio dos Santos Rosa, 29 anos, é um exemplo. Sobrinho das duas, veio para Brasília há 4 anos. É pedreiro e mora em São Sebastião, onde pouca gente sabe o que é calunga. O apelido de Vildecio em Brasília é *Goiano*.

"Metade das pessoas da minha idade já saiu da área calunga, para onde só volta nas festas, nunca de vez", diz.

PROCÓPIA (E) E SANTINA ENTRE O SOBRINHO VILDECI, PEDREIRO EM SAMAMBAIA CONHECIDO COMO "GOIANO"

